

TOTALITARISMO, DISTOPIA E PODER EM 1984 DE GEORGE ORWELL

TOTALITARIANISM, DYSTOPIA AND POWER IN 1984 BY GEORGE ORWELL

Andryelle Silva dos SANTOS¹

RESUMO: Este artigo objetiva discorrer sobre as relações de poder estabelecidas no romance 1984 (1949) de George Orwell. Estas relações de poder não se estabelecem apenas na oposição, dominação, escravidão e sujeição, mas também emergem e podem mobilizar forças para se contrapor, por meio de resistência e subversão. Do ponto de vista teórico, a análise se apoia em Arendt (1948), a fim de entender as características de regimes totalitários, além do gênero distopia e seu funcionamento com base no *corpus* de Pavloski (2005) e Fromm (2010). Já em Foucault (1979), observamos o conceito de poder e sujeição. Ao final da pesquisa, com base na análise e nas discussões teóricas, evidencia-se que as relações de poder estabelecidas se apresentam a partir do discurso, que vai se moldando dentro de sociedades totalitárias. A propaganda e o discurso são os mecanismos que levamos aos indivíduos a se tornarem sujeitos com pouca capacidade de expressão, concluindo que a linguagem segue sendo a principal ferramenta de poder.

PALAVRAS-CHAVES: 1984; Distopia; Totalitarismo; Poder; Discurso.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the established power relation in the novel 1984 (1949) by George Orwell. These power relations are not only established in opposition, domination, slavery and subjection, but also emerge and can mobilize forces to oppose each other, through resistance and subversion. For this purpose, we investigate the genre Dystopia as a critic to the functioning of totalitarian societies distinguishing the established power relations. In theory, the analysis is based on Arendt (1948), to understand the totalitarian regime, besides the genre Dystopia and its functioning based on Pavloski (2005) and Fromm (2010), in Foucault (1979) the concept of power and subjection is observed. In the end of this research, based on the analysis and theoretical discussions, we give evidence that the established power relations are presented from the speech that will be molding into the totalitarian societies. The advertising and the speech are the mechanism that will make the people turn into subjects with less expression capability, concluding that the language keeps being the major instrument and tool of power.

KEYWORDS: 1984; Dystopia; Totalitarian; Power; Speech.

“Quem controla o passado, controla o futuro: quem controla o presente, controla o passado.”

(Orwell, 1949)

¹ UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Unidade Acadêmica de Serra Talhada. Serra Talhada – PE – Brasil. E-mail: andryellesantos6@gmail.com

INTRODUÇÃO

Após a segunda guerra mundial, diversos artistas tentaram, por meio da arte, refletir as angústias, confissões e descontentamentos sociais: em quadros, músicas, filmes e livros. Na literatura do século XX, escritores como Iêvgueni Zamiátian (1920), Aldous Huxley (1932), George Orwell (1949), Margaret Atwood (1985) – dentre outros – tentaram entender os sistemas totalitários e o uso do poder para reprimir a liberdade pessoal dos indivíduos.

Enquanto gênero literário, a distopia procura construir uma narrativa sobre a sociedade totalitária; por se tratar de uma narrativa crítica, Jacob (2001, p. 141) a conceitua “não apenas como a visão de uma sociedade futura, mas como uma capacidade analítica ou mesmo uma disposição reflexiva para usar conceitos com a finalidade de visualizar criticamente a realidade e suas possibilidades.”

1984 é um romance publicado em 1949, por George Orwell, e narra a história de Winston, um homem de meia idade que vive em uma sociedade que é vigiada por uma figura Onipresente: *o Grande irmão* (Big Brother). Esse modelo de governo foi imposto pelo partido (Ingsoc), no qual ninguém escapa do seu poder. Assim, é através das “teletelas” que os habitantes são perseguidos pela figura do Grande irmão.

O mundo era dividido em três nações distintas: Oceania (onde *Winston* vivia), Eurásia e Lestásia, territórios que se mantinham em guerra uns contra os outros. Nesse viés narrativo, o local do romance, Oceania, é dominado pelo medo e pela repressão, pois, quem pensava contra o regime era acusado de cometer um crime. No livro, essa prática era chamada de *crimideia* (ou crime de ideia) na tradução de *novilíngua*; isto é, “a novilíngua era a língua oficial da Oceania e foi criada para ir de encontro às necessidades ideológicas do Ingsoc, ou Socialismo Inglês” (ORWELL, 2021, p. 389). Na trama, temos personagens que se destacam: *Winston Smith* (narrador – protagonista), *O’Brien* (antagonista), *Goldstein* (inimigo do Partido), entre outros que não serão abordados neste artigo.

Em decorrência desta exposição, este artigo visa discorrer sobre as relações de poder na obra *1984* de George Orwell. Estas relações de poder não se estabelecem apenas na oposição, dominação, escravidão e sujeição, mas também emergem e podem mobilizar forças para se contrapor, por meio de resistência e subversão.

Para que isso ocorra, é necessário analisar as relações de poder dentro dos regimes totalitaristas e como estes se detêm dentro do gênero romance distópico. Então, nessa pesquisa, objetivamos identificar a linguagem como instrumento e ferramenta de poder na sujeição dos indivíduos, além de investigar o gênero *distopia* como crítica ao funcionamento

de sociedades totalitárias e, por fim, discorrer acerca das relações de poder estabelecidas em *1984*.

Partimos da seguinte questão de pesquisa: como funcionam as relações de poder na obra *1984* (1949)? Supõe-se que as diversas relações de poder em *1984* aconteçam a partir do domínio da linguagem e informação pelo Estado totalitário. Dessa maneira, acredita-se, neste artigo, que existe uma reflexão sobre as relações de poder estabelecidas; tais relações não só influenciam na sujeição e letargia dos indivíduos, mas também constroem condições de resistência e subversão.

À vista disso, a importância desse estudo justifica-se tanto pelas seguintes contribuições: uma compreensão mais pormenorizada acerca do gênero *distopia* como crítica ao funcionamento de um regime totalitarista; uma melhor reflexão acerca de como a liberdade é compreendida dentro de regimes totalitários.

A metodologia, de caráter bibliográfico, é embasada em pressupostos teóricos que nortearão e direcionarão esta pesquisa. Para refletir e problematizar as sociedades totalitárias, utilizaremos Arendt (1949); sobre o gênero *distopia*, observaremos as reflexões de Pavloski (2005) e de outros autores; por fim, para esclarecer a sujeição e as relações de poder em sociedades distópicas, utilizaremos Michel Foucault (1979).

1. NOVILÍNGUA E O SILENCIAMENTO DAS PALAVRAS

A automatização do sujeito e do cotidiano são características de *1984* (1949), a novilíngua “era a língua oficial Oceania e foi criada para ir de encontro às necessidades ideológicas do Ingsoc, ou Socialismo inglês.” (ORWELL, 2021, p. 389). Monitorados pela Polícia do Pensar, os sujeitos estão alheios ao sistema de monitoramento que, como descrito em *1984*, “podiam conectar-se ao aparelho de alguém quando quisessem.” (ORWELL, 2021, p. 22). Os responsáveis por modificar a gramática e adequá-la aos padrões governamentais utilizam o recurso de diminuir as palavras, conforme é possível observar, a seguir:

O Ministério da Verdade preocupava-se com notícias, entretenimento, educação e belas-artes. O Ministério Paz cuidava da guerra. O Ministério do Amor conservava a lei e a ordem. E o Ministério da Fatura era responsável pelas questões econômicas. Seus nomes, em novilíngua: MINIVER, MINIPAX, MINIMOR e MINIFATURA. (ORWELL, 2021, p.24)

Além da redução de palavras, os sistemas vigentes utilizam do recurso de excluir aquelas que seriam desnecessárias, modificando a gramática e controlando o discurso através de jornais, livros, etc. Justamente porque “uma vez que a linguagem é uma forma importante

de construção do pensamento, quando as palavras são destituídas do seu significado ocorre automaticamente uma desconstrução cognitiva” (PARRA, 2013, p. 153).

Outro fator de grande importância para o enredo do romance era o “Duplipensar”, no qual o indivíduo desenvolvia a sua capacidade de afirmar e anular algo: o *slogan* do partido, por exemplo, “Guerra é Paz, Liberdade é Escravidão, Ignorância é Força”. Assim, o “duplipensar” estava destacado na Oceania por completo, ou seja, um Ministério da Paz que promove Guerra, tal duplo sentido estava presente em todos os ministérios e nas ações do *Grande Irmão*.

Isso parte de um bloqueio do pensamento, ‘sem palavras não há expressão’, logo, não é possível argumentar e questionar as ações impostas pelo governo. Assim, o Partido segue sendo o único possível detentor do poder. É possível observar que o personagem *Syme* afirma a intenção da Novilíngua: “Você não enxerga que todo o objetivo da Novilíngua é estreitar o campo de pensamento? Ao final, tornaremos o crime do pensamento algo literalmente impossível, porque não haverá palavras para expressá-lo.” (ORWELL, 2021, p.77). Nessa lógica de pensamento, o processo de destruição não se resume apenas em remover as palavras dos dicionários; é preciso ir além e modificar (in)diretamente a cabeça dos habitantes da Oceania, tirando, assim, sua capacidade crítica e subjetiva de pensar e problematizar:

Estamos levando a língua à sua forma final, a que permanecerá quando ninguém mais falar qualquer outra. Quando terminarmos essa, pessoas como você terão que aprender tudo de novo. Você acha, arrisco dizer, que nosso principal trabalho é o de inventar novas palavras. Longe disso! Estamos destruindo palavras, dezenas, centenas, todos os dias. Destrinchamos a linguagem até os ossos. (ORWELL, 2021, p.76)

Os sujeitos se tornarão tão incapazes de reconhecer o “duplipensar”, de pensar sobre o que seria a liberdade e escravidão e, principalmente, de perceber que estão inseridos em um sistema que os controla, pois, “como manter um tipo ‘liberdade é escravidão’ quando o conceito de liberdade foi abolido?” (Orwell, 2021, p.78). O resultado dessa (des)construção de pensamento resulta no estado de letargia dos indivíduos: seres incapazes de pensar e questionar, apenas exercendo seu papel de mão de obra do governo. É nesse ponto da narrativa que podemos propor uma articulação conceitual com a ideia de corpos dóceis, conforme supracitado.

Na trama narrativa não se nega – em momento algum – quais são as intenções do Partido que é, justamente, exterminar palavras para que as pessoas não possam se expressar por meio destas. É importante frisar que o discurso que controla é o mesmo que vem sendo

modificado na “novilíngua”, partindo dessa premissa de pensamento não há como reconhecer aquilo que é dito. Pois, mediante os apontamentos de Foucault (1979), percebemos que:

Existe um sistema de poder que barra proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da ‘consciência’ e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar ‘um pouco na frente ou um pouco de lado’ para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso. (FOUCAULT, 1979, p. 66).

Mesmo que o objetivo da “novilíngua” seja exterminar palavras para se expressar, o protagonista da obra é o exemplo de que isso não funcionou tão bem. *Winston* se vê diante de uma sociedade decadente e precisa – de alguma maneira – revolucionar os padrões impostos; uma vez que ele, enquanto sujeito pensante, ressalta que “o homem coletivo sente a necessidade de lutar” (CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI, 1994). *Winston* se apresenta como um homem coletivo e busca evidências, isto é, ele precisa de respostas para lutar contra o sistema totalitário do *Grande Irmão*: “no estômago e na pele das pessoas sempre havia uma espécie de protesto, uma sensação de que lhes roubaram algo a que elas tinham direito” (ORWELL, 2021, p. 85), mesmo que suas memórias já não sejam confiáveis e não haja papéis que comprovem quando tudo começou.

Parafraseando Orwell (2021), o partido tinha dois objetivos: conquistar toda a superfície da Terra e extinguir de uma vez por todas a possibilidade de pensamento. (ORWELL, 2021, p. 243). Assim sendo, na próxima seção discorreremos de maneira mais pormenorizada acerca das características dos regimes totalitários.

2. TOTALITARISMO E DISTOPIA

A noção de humanidade começou a ser questionada a partir dos acontecimentos históricos que marcaram o século XX: a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a ascensão do nazismo na Alemanha (década de 1920), resultando abruptamente na Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). A construção desses sujeitos surge a partir de um contexto pós-guerra, ou seja, em sociedades que são controladas por uma figura que assume o governo. Em uma sociedade totalitária, esse controle se constrói a partir da linguagem. Para que isso ocorra é necessário que haja um grande transmissor de informações, logo, a propaganda é um dos responsáveis por esse papel.

Hanna Arendt (1949) acredita que a propaganda é um fator de extrema importância em países totalitários, contribuindo gradativamente nesses regimes. Um exemplo disso é a promoção política interna e externa da Oceania que faz uso da propaganda para docilizar comportamentos e manipular a mente, e isso acontece por meio dos discursos. Tais práticas colocam o governo na posição de senhor absoluto do poder e qualquer verdade dita pelos inimigos do partido é considerada uma mentira.

Delineando o controle exercido por esses regimes totalitaristas, uma das maiores *fake news* divulgadas pelas propagandas é a de que, na Oceania, $2+2$ é igual a 5. Mesmo que a matemática – ou qualquer outra razão lógica – prove que essa conta está errada, não funciona, porque o Partido já deixou claro que o resultado é 5. Logo, as massas estariam destinadas a não acreditar no óbvio e isso ocorre por alguns fatores, pois, conforme Hanna Arendt, antes que os líderes tomem o poder, eles fazem com que a realidade se ajuste às mentiras que proclamam, nesse sentido, constata-se que:

Não acreditam em nada visível, nem na realidade da sua própria experiência; não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas em sua imaginação, que pode ser seduzida por qualquer coisa ao mesmo tempo universal e congruente em si. O que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte. (ARENDR, 2012, p. 485)

Dessa forma, a propaganda tem forte influência na construção de um regime totalitário, parafraseando Arendt (1949, p. 519), os líderes totalitários basearam a sua propaganda no pressuposto de que era possível fazer com que as pessoas acreditassem nas mais fantásticas afirmações, por exemplo, na citação: “tudo o que se sabia era que, a cada trimestre, constava no papel que um número astronômico de botas tinha sido produzido, enquanto talvez metade da população da Oceania andava descalça” (ORWELL, 2021, p. 64). O Departamento de Registros, onde *Winston* trabalhava, repassava as informações falsas que eram publicadas nos jornais; isto é, os fatos não coincidiam com a realidade, mesmo assim os habitantes acreditavam na hegemonia do *Grande Irmão*.

2.1 Distopia

A *distopia* – enquanto gênero literário – busca analisar criticamente as sociedades contemporâneas a partir do século XX, conforme pontua Matos (2017, p. 47) “os produtos típicos dos delírios político-jurídicos pós-modernos – as distopias – nada mais são do que exacerbações dos traços negativos efetivamente existentes nas sociedades concretas e atuais.”

De acordo com Pavloski (2005):

No contexto de constante renovação técnica e, conseqüentemente, social, as distopias começam a ocupar um espaço de destaque somente no século XX, sendo a revolução comunista na Rússia e a ascensão do fascismo na Itália, Alemanha e Espanha apontadas como determinantes do florescimento da literatura distópica em detrimento dos ideais utópicos. A mudança de utopia para distopia envolve precisamente a invasão do utopismo tradicional pelos conceitos e técnicas da ficção científica. Ocorre uma potencialização negativa das sociedades modelares – o que as torna repelentes por envolver a imposição da ordem à custa da liberdade – em projeções que nos forcem a enfrentar as implicações das utopias de modo mais concreto e, conseqüentemente, mais agudo. (PAVLOSKI, 2005, p. 63)

Jacob (2001) conceitua o gênero distópico “não apenas como a visão de uma sociedade futura, mas como uma capacidade analítica ou mesmo uma disposição reflexiva para usar conceitos com a finalidade de visualizar criticamente a realidade e suas possibilidades” (JACOB, 2001, p. 141). Por se tratar de uma narrativa crítica, o gênero distópico constrói as sociedades totalitárias que usam do controle disciplinar sobre os indivíduos.

As sociedades distópicas se caracterizam pela inexistência de liberdade e individualidade. Em *1984*, de George Orwell, *Winston* demonstra as falhas do totalitarismo por meio de uma crise de subjetividade. Mesmo assim, todos os indivíduos presentes na Oceania vivem de acordo com as regras estabelecidas pelo *Grande Irmão*, ou seja, todos agem e se comportam em coletividade. Nenhum ser poderia exigir ou se comportar de maneira radical, porque as conseqüências seriam brutas. No romance, a própria definição de distopia é apresentada pelo personagem *O’Brien*:

Você começa a ver, então, que espécie de mundo estamos criando? É o exato oposto das utopias hedonistas idiotas que os antigos reformadores imaginaram. Um mundo de medo, traição e tormento, um mundo de atropelar e ser atropelado, um mundo que fica não menos, mas *mais* sem misericórdia, ao passo que vai refinando O progresso, em nosso mundo, será o progresso na direção de mais dor. As civilizações antigas afirmavam ser fundadas no amor ou na justiça. A nossa é fundada no ódio. Em nosso mundo não haverá emoções, além de ódio, raiva, triunfo e a autocomiseração. Destruiremos todo o resto, tudo. Já rompemos os padrões de pensamento que sobreviveram de um período anterior à Revolução. [...] Se você quer uma imagem do futuro, imagine uma bota pisando em um rosto humano... para sempre. (ORWELL, 2020, p.349-350)

Em outras palavras, *O’Brien* define a Oceania em um mundo distópico, marcado de injustiça, dominação dos indivíduos e ausência de liberdade. Dessa forma, distopias podem ser definidas como “sociedades imaginárias nas quais as condições de existência são muito piores do que aquelas que vigoram nas sociedades reais” (FRANÇOIS OST *apud* MATOS, 2018, p. 5).

A distopia *orwelliana*, apresenta o Estado que se encontra em guerra contra o inimigo interno e externo, liderado e vigiado pelo *Grande irmão*, uma figura onipresente. Todos os habitantes vivem sob as leis e comandos do grande ditador. O grande destaque na obra é o desprezo pelo conhecimento e as múltiplas versões dos fatos que são alterados todos os dias pelo Ministério da verdade. Outra característica marcante é o estado de letargia no qual se encontram os personagens que agem como robôs: funcionando apenas como mão de obra para o Estado. Esse universo distópico apresentado na obra é carregado de descrições da organização dessa sociedade: as “teletelas”, a polícia do pensar, os ministérios, a liga juvenil “antisexo” e a “novilíngua” são exemplos desses artefatos de dominação e contenção social.

A propaganda do Estado controla o comportamento humano com suas instruções. Assim como acontece em prisões, no exército ou em outras instituições mais restritas, a sociedade de *1984* se baseia na disciplina, no autocontrole e na obediência.

3. PODER E DISCURSO: RELAÇÃO DE CONTROLE

Para a análise crítica do discurso, pelo olhar de van Dijk (2008), o poder social é definido como controle. Já para Michel Foucault (1979), o poder surge para identificar os sujeitos atuando sobre os outros sujeitos. São ações sobre ações. Nessa via de reflexões, Foucault não só define o poder, como também coloca em *Microfísica do Poder* (1979) “o exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente o saber acarreta efeitos de poder” (FOUCAULT, 1979, p. 141). O autor especifica também que o poder não tem apenas a função de reprimir; em outras palavras, o poder não só reprime, ele também produz:

pois, se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. (FOUCAULT, 1979, p. 148)

Pode-se afirmar que o poder não está concentrado em apenas uma pessoa, também não se define apenas da ordem governamental, pois ocorre em uma rede relacional, ou seja, na visão de *O'Brien* “na prática, nenhum poder nunca controla toda a área em disputa. Porções delas estão sempre mudando de mãos, e é a chance de capturar esse ou aquele fragmento por um caso repentino de traição que dita as mudanças sem alinhamento” (ORWELL, 2021, p. 235). Na concepção de Foucault (1979), o poder produz saber, logo ele vai se concentrar no discurso. O saber é uma relação que se estabelece a partir de relações de poder, na dinâmica incrustada nas relações humanas em geral, não se possui o poder.

Em 1984 tem-se o *Grande Irmão* que é a figura principal nessa hierarquia totalitária, uma vez que ele vigia a população; abaixo dele estão figuras como *Goldstein*, que assume uma posição intermediária na hierarquia das relações de poder efetivadas; em um local menos elevado que o dele estão aqueles que administram os Ministérios e que exercem poder sobre os *proletas*. Tais organizações hierárquicas de poder e subordinação são discutidas por Michel Foucault em uma entrevista com Deleuze, a saber: “ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros de outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui.” (FOUCAULT, 1979, p. 71).

Os habitantes da Oceania vivem em uma sociedade disciplinar “que se caracteriza quando, com a função de docilizar comportamentos, o poder passa a ser aplicado sobre os corpos dos indivíduos, inclusive pela coerção física” (CASSINO, 2018, p. 14). Insta destacar que o poder disciplinar objetiva controlar os corpos e isso só funciona devido à submissão do indivíduo ao poder e ao Estado. Em “*Vigiar e Punir*”, Michel Foucault (1979) define essa submissão dos indivíduos da seguinte forma:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 1999, p. 164/165)

A disciplina, portanto, tem por objetivo produzir corpos politicamente dóceis, *Winston* e os outros habitantes são produtos da sociedade disciplinar que foram moldados por muito tempo até se tornarem corpos dóceis, que é o resultado desse poder disciplinar, dado que “o corpo só se torna útil, se é ao mesmo tempo submisso” (FOUCAULT, 1999, p. 31-32). Sendo a sociedade disciplinar possível porque os corpos podem ser docilizados. É o próprio Foucault que denomina o conceito de corpos dóceis:

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. [...] Nesses esquemas de docilidade, em que o século XVIII teve tanto interesse, o que há de tão novo? Não é a

primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. (FOUCAULT, 1979, p. 118).

A disciplina tem como maior objetivo docilizar todos os indivíduos, transformando-os em produtos do Estado, de forma que eles jamais se revoltarão contra o sistema. Os mecanismos de controle concretizam-se a partir das relações de poder estabelecidas e a linguagem é destaque dentro das camadas de poder, pois, uma vez que se perde a capacidade de expressar, fica inquestionável o que seria verídico por trás de tudo. Essa premissa é outro ponto extremamente importante dentro das relações de poder porque, de acordo com Foucault (1979), o poder reprime, mas também produz efeitos de saber e verdade: “era curioso que ele parecia não apenas ter perdido o poder de se expressar, mas até se esquecido o que de início pretendia dizer” (ORWELL, 2021, p. 26.). Sendo assim, a verdade era algo relativo, já que os habitantes não tinham como provar a veracidade dos fatos, ela era maleável e subordinada às alterações governamentais. Em outras palavras, a verdade está ligada aos sistemas de poder, pois, como coloca Michel Foucault:

Em nossas sociedades, a "economia política" da verdade tem cinco características historicamente importantes: a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas "ideológicas"). (FOUCAULT, 1979, p. 16)

Assim, a verdade não existe fora do poder ou sem poder, ela é produzida nele e por ele. Há a convergência de fatos que os próprios personagens não são capazes de esclarecer, porque novas informações são atribuídas todos os dias, não há um controle ou documentação daquilo que era considerado verídico na visão do Partido:

o Partido dizia que a Oceania nunca fora aliada da Eurásia. Ele, Winston Smith, sabia que a Oceania estivera numa aliança com a Eurásia havia pouco tempo, uns quatro anos atrás. No entanto, onde estava esse conhecimento? Só na sua própria consciência, que, de qualquer modo, logo seria aniquilada (ORWELL, 2021, p. 57)

Esse mecanismo de controle da realidade era realizado pela Oceania através de uma *queima de arquivo* e na manipulação de informações, porque, de acordo com o Partido

“Trata-se apenas de uma questão de autodisciplina, de controle da realidade.” (ORWELL, 2021, p. 57), para que o governo se sobressaia como aquele que detém toda a informação, seja correta ou não, administrando, assim, o controle social. São esses recursos que a propaganda e o discurso têm de mais valioso; em uma sociedade do controle, não há como se abster, não há outras versões que se provem; ou seja, “a ‘verdade’ está circularmente ligada aos sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 1979, p. 17). Conforme a obra:

Saber e não saber, estar consciente da verdade completa enquanto contava mentiras cuidadosamente construídas, cultivar ao mesmo tempo duas opiniões que invalidavam uma a outra, sabendo que eram contraditórias e, mesmo assim, acreditando em ambas, usar a lógica contra a lógica, repudiar a moral enquanto afirmava ser dono dela, crer que a democracia era impossível e que o Partido era o guardião da democracia, esquecer seja lá o que fosse necessário esquecer, e então recuperar a memória daquilo quando fosse preciso, e logo esquecer de novo. E, acima de tudo, aplicar o mesmo processo ao processo em si. Essa era a sutileza final: conscientemente induzir a inconsciência, e então, mais uma vez, tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se tinha acabado de realizar. Até a compreensão da palavra “duplipensar” envolvia o uso do “duplipensar”. (ORWELL, 2021, p. 57)

Esta perspectiva permite pensar que, embora o personagem *Winston* tente lutar contra o sistema, não há uma solução até que todos se libertem do sistema e comecem a questionar. Todavia, essa ação não é cabível quando estamos em um sistema de sujeição.

3.1 ASSUJEITAMENTO E SUJEIÇÃO

O universo totalitário de 1984 é marcado por críticas aos governos ditatoriais e pelos anseios dos personagens de encontrar respostas para a sociedade em que vive. Reflete-se, pois, que aqueles que não percebem o autoritarismo e o controle de sua liberdade, estão sujeitos ao sistema, de forma que não há relutância e reclamações.

A noção de *assujeitamento* ou sujeição permite que não consideremos o seu conceito propriamente dito. O *assujeitamento* é a submissão dos indivíduos ao poder, a sujeição pode ser pensada como um modo de subjetivação, por meio da força física ou através do discurso, que é denominada por Foucault como *tecnologia do corpo*: “essa tecnologia é difusa, claramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos” (FOUCAULT, 1999, p.29).

A sujeição ocorre por meio de um controle da realidade; esse controle é determinado pelo discurso ou, no caso da “Novilíngua”, pelo silenciamento das palavras, dos sentimentos e das expressões. A alteração dos fatos é produto do discurso que muda todos os dias, hoje a Oceania está em Guerra com a Eurásia, amanhã pode não estar: “logo que todas as correções

necessárias de alguma edição específica do *The times* tinham sido montadas e coladas, o número seria reimpresso, a cópia original seria destruída e a versão corrigida posta nos arquivos em seu lugar” (ORWELL, 2021, p. 63). Esse processo de alteração comprova que o Partido sempre estaria correto; dessa forma, o passado era atualizado e assim não iriam existir provas documentais: não havia verdade ou mentira, apenas convenções que favoreciam o Estado.

Outro ponto importante e de destaque é a “teletela” que funciona como a figura chefe de vigilância e controle: ela está em todo lugar, dentro do quarto, nas ruas; para onde se olhasse, havia uma “teletela” pronta para vigiá-lo e possivelmente condená-lo, pois “trata-se apenas de uma questão de autodisciplina, de controle da realidade” (ORWELL, 2021, p. 77).

Na perspectiva de Orwell, todos os mínimos detalhes são pensados para entendermos como diferentes dispositivos (disciplina, autocontrole e obediência) agem sobre os indivíduos:

Na rua, o vento fazia tremular o pôster rasgado, sacudindo-o de um lado para o outro, e a palavra INGSOC aparecia e desaparecia de forma intermitente. Ingsoc. Os preceitos sagrados do Ingsoc. Novilíngua, duplipensar, a mutabilidade do passado. Ele sentia como se estivesse vagando pelas florestas do fundo do oceano, perdido num mundo monstruoso onde ele mesmo era o monstro. Ele estava só. O passado estava morto e o futuro era inimaginável. Que certeza possuía de que uma só criatura humana estava do seu lado? E como saber que o domínio do Partido não duraria *para sempre*? Como se fosse uma resposta, os três slogans na parede branca do Ministério da Verdade lhe disseram: Guerra é Paz, Liberdade é Escravidão, Ignorância é Força. (ORWELL, 2021, p. 45)

A eficiência do *assujeitamento* só é possível porque o corpo social conduz, controla “sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição” (FOUCAULT, 1999, p. 29). É notório, aliás, que a sujeição ocorre porque todos os indivíduos da Oceania estão submetidos a essas relações de poder “o poder enlouquece, os que governam são cegos. E somente aqueles que estão à distância do poder, que não estão ligados em nada a tirania, fechados em suas estufas, em seus quartos, em suas meditações, podem descobrir a verdade” (FOUCAULT, 1979, p. 142). Não havia questionamentos nas primeiras mudanças que o Partido ia fazendo, além disso, o poder foi se concentrando em uma parcela menor da sociedade. Por meio dessa técnica de sujeição, o indivíduo é produto do poder na medida em que se tornaram *DESPESSOAS*: “Whisters, no entanto, já era uma *DESPESSOA*. Ele não existia: nunca existira” (ORWELL, 2021, p. 69).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Orwell, no romance distópico de *1984*, consegue retratar a barbárie do funcionamento das sociedades totalitárias, autoritárias e ditatoriais, que têm como maior objetivo controlar a população. A sujeição é uma das relações de poder que controla o indivíduo pela linguagem que é veiculada pela propaganda. Conseguimos perceber, ao decorrer do artigo, que as relações entre os personagens são muito complexas e que não devem ser definidas apenas como relações de controle e dominação, isto é, o personagem *Winston Smith* abre a consciência para tentar entender quando aquilo tudo começou, ele se vê diante de uma sociedade que o vigia, priva-o dos prazeres humanos e que tem o objetivo principal de reduzir a linguagem e o pensar.

1984 continua a ser atual no século XXI em que há desvalorização da ciência, *Fake News*, movimentos antivacinas, entre outras situações que acontecem todos os dias. É como se vivermos constantemente imersos em uma bolha na qual, a qualquer momento, irá explodir e surgir o *Grande Irmão*. Não seria a “era do cancelamento” os dois minutos de ódio? Já não viveríamos sendo vigiados por telas que, em uma concepção mais simples, remete as “teletelas” da Oceania? Como questionar um apagamento/silenciamento de palavras quando se vive em função de redes sociais, sem ao menos conseguirmos nos expressar corretamente?

Conclui-se, pois, que o discurso, a propaganda e todas as relações de poder não só moldam e controlam o indivíduo, inserido em qualquer sistema totalitário, como também o aprisiona em si mesmo. A sujeição é resultado de um sistema de controle que, a partir do apagamento/silenciamento das palavras, torna a linguagem um instrumento e uma ferramenta de poder na sujeição dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Cia das Letras, São Paulo, 2012.
- CASSINO, João F. *Modulação deleuziana, modulação algorítmica e manipulação midiática*. In *A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo: hedra, 2018.
- CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. *Da lama ao caos..* Rio de Janeiro: Sony Music; Chaos, 1994.
- FONSECA, Ricardo Marcelo. *Modernidade e contrato de trabalho: do sujeito de direito à sujeição jurídica*. São Paulo: LTr, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 27°. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- FROMM, Erich. «Posfácios – Erich Fromm (1961) In ORWELL, George. 1984. Trad. Alexandre Hubner; Heloisa Jahn, São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 365-37.
- HILÁRIO, L. C. *Teoria Crítica e Literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade*. Anuário de Literatura, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 201-215, 2013. DOI: 10.5007/2175-7917.2013v18n2p201. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2013v18n2p201>. Acesso em: 29 nov. 2021.
- JACOBY, Russell. *O fim da utopia*. Rio de Janeiro: Record, 2001;
- MATOS, A. S. de M. C. *Utopias, distopias e o jogo da criação de mundos*. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 24, n. 1 e 2, p. 40 -59, 2018. DOI: 10.35699/2316-770X.2017.12600.
- Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/12600>. Acesso em: 7 nov. 2021.
- ORWELL, George. 1984. Trad. Antônio Xerxenesky, Rio de Janeiro: Antofágica, 2020.
- PAVLOSKI, Evanir. 1984: A distopia do indivíduo sob controle. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014 [e-book].
- PARRA F. *Alpha 60: A Ditadura da Lógica*. Revista Diálogos Interdisciplinares, v. 3, p. 151-161, 2013.
- VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 113-123.